

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

PROVA OBJETIVA
TIPO 3



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas**.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Observe o cartaz da campanha de combate à Dengue, divulgada pelo Governo de Santa Catarina em fevereiro de 2023:



<https://www.radorural.com.br/noticias/50411-governo-do-estado-lanca-campanha-de-prevencao-a-dengue>

Na campanha apresentada, a construção de sentidos resulta da articulação entre imagens e palavras.

Quanto ao texto escrito, o uso do pronome oblíquo anteposto ao verbo se deve ao fato de que

- (A) o uso do pronome antes do verbo é preferível em textos publicitários.
- (B) o pronome deve sempre aparecer antes do verbo em frases afirmativas.
- (C) a palavra “onde” determina a posição obrigatória do pronome antes do verbo.
- (D) a presença da palavra “não” exige a colocação do pronome antes do verbo.
- (E) o verbo “cria” exige o uso do pronome antes dele para completar seu sentido.

2

Leia a tirinha a seguir.



QUINO. Toda Malada. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 256.

A diferença entre as expressões “Chegou a primavera!” e “Cheguei à primavera.” envolve aspectos sintáticos e semânticos relacionados ao uso da crase.

Sobre essa diferença, assinale a afirmativa correta.

- (A) O uso do acento grave revela a alteração do papel sintático do termo “a primavera” nas duas construções.
- (B) A presença da crase indica alteração no grau de formalidade que o termo “a primavera” apresenta nas frases.
- (C) A presença de crase em uma das construções decorre do fato de “primavera” ser um substantivo feminino.
- (D) O emprego da crase ocorre por necessidades semânticas, apesar da semelhança sintática entre os termos nas frases.
- (E) A variação no uso da crase altera a interpretação das orações e sua ausência impossibilitaria a compreensão da mensagem.

3

Leia a seguir o trecho inicial de uma notícia publicada em maio de 2025.

Franklin Cascaes vive: arte urbana renova o legado do bruxo da Ilha

Novo mural reconecta Florianópolis ao imaginário da Ilha, eternizado por Cascaes em traços, palavras e lendas.



O bruxo da Ilha está ressurgindo. E não é lenda; é real, como mostra a foto acima. Depois do mural em homenagem à Antonieta de Barros, já concluído, agora é a vez da parede do Edifício Atlas voltada para a rua Nereu Ramos e avenida Osmar Cunha receber mais uma vez a imagem de Franklin Cascaes, o guardião do imaginário popular da Ilha de Santa Catarina, e voltar a ser ponto de referência e parada obrigatória tanto para os que apreciam *street art* quanto para os que se orgulham de ver a memória da cidade viva e valorizada.

Adaptado de <https://floripa.com/a-cidade/cultura/quem-foi-franklin-cascaes-novo-mural-em-florianopolis-celebra-seu-legado/>

Releia: “E não é lenda; é real, como mostra a foto acima.” Considerando a relação entre o texto verbal e a imagem, bem como o valor semântico da palavra “como”, a foto assume, no contexto, um caráter

- (A) comparativo.
- (B) demonstrativo.
- (C) subjetivo.
- (D) consecutivo.
- (E) explicativo.

4

Leia o texto a seguir, observando as palavras em destaque.

Lançamento do Livro “A Nossa Oktoberfest Blumenau” celebra 40 anos da maior festa alemã das Américas

2 de fevereiro, 2026

A Oktoberfest Blumenau nasceu de histórias, pessoas e encontros que, ao longo de quatro décadas, transformaram a festa em um dos maiores símbolos culturais do Brasil. Preservar essa trajetória e, ao mesmo tempo, olhar para o futuro, foi a proposta do lançamento do livro “A Nossa Oktoberfest Blumenau”, que teve como produtor, o publicitário José Geraldo Reis Pfau e que ocorreu nesta segunda-feira, dia 2, no Frohsinn.

A obra reúne entrevistas com personagens que fizeram parte da construção da festa ao longo dos anos, registrando diferentes olhares, desafios e conquistas que ajudaram a consolidar a Oktoberfest como a festa mais alemã das Américas. As histórias apresentadas no livro dão voz a quem viveu e ajudou a escrever cada capítulo dessa trajetória.

<https://oktoberfestblumenau.com.br/2026/02/02/lançamento-do-livro-a-nossa-oktoberfest-blumenuacelebra-40-anos-da-maior-festa-alema-das-americas/>

Em um texto, pronomes podem funcionar como importantes mecanismos de coesão, ao retomarem termos anteriores e evitarem repetições desnecessárias.

Considerando o uso dos pronomes relativos marcados no texto, assinale a opção em que se identifica corretamente o elemento retomado pelo pronome destacado.

- (A) “que (...) transformaram a festa em um dos maiores símbolos culturais do Brasil.” - retoma “histórias, pessoas e encontros”.
- (B) “que teve como produtor, o publicitário José Geraldo Reis Pfau” - retoma “A Oktoberfest Blumenau”.
- (C) “que ocorreu nesta segunda-feira, dia 2, no Frohsinn.” - retoma “José Geraldo Reis Pfau”.
- (D) “que fizeram parte da construção da festa ao longo dos anos” - retoma “entrevistas”.
- (E) “que ajudaram a consolidar a Oktoberfest como a festa mais alemã das Américas.” - retoma “personagens”.

5

Leia o texto a seguir.

Santa Catarina se consolida como destino completo no Brasil e ganha força em todas as estações

De Florianópolis ao Oeste catarinense, estado reúne praias, cultura, natureza e eventos que impulsionam o turismo durante todo o ano

Redação Revista Receita de Turismo | 18/03/2026

Santa Catarina vive um momento de consolidação no turismo brasileiro. Com crescimento consistente, expansão da malha aérea e aumento do interesse nacional e internacional, o estado passa a ser reconhecido não apenas como um destino de verão, mas como um território completo, capaz de oferecer experiências ao longo de todo o ano.

Essa transformação é resultado de planejamento, investimento em infraestrutura e valorização dos destinos — desde os já consolidados até regiões que começam a ganhar protagonismo no cenário turístico.

<https://www.receitadeturismo.com.br/noticia/65/>

Considerando as características do texto, assinale a afirmativa que indica corretamente seu objetivo comunicativo.

- (A) Convencer o leitor a visitar Santa Catarina, por meio da valorização de suas paisagens e seus eventos culturais.
- (B) Defender a necessidade de investimentos públicos no turismo catarinense, a fim de ampliar sua visibilidade internacional.
- (C) Narrar experiências vividas por turistas em diferentes regiões do estado, ressaltando aspectos culturais locais.
- (D) Informar o leitor sobre a consolidação do turismo local, destacando fatores que contribuem para o cenário.
- (E) Orientar o leitor sobre como planejar viagens para Santa Catarina, com dicas de roteiros e hospedagem.

6

Leia o fragmento a seguir, retirado do romance “O templo dos meus familiares”, de Alice Walker.

“Minha mãe só implorava e suplicava por misericórdia, porque já tinha ouvido falar de traficantes de pessoas, mas esses brutamontes não ouviam. Eram como o acadêmico africano meio zumbi de quem falei. Talvez fosse isso, de fato, quem ele era naquela época. Enfim, aí os caras pegaram e arrastaram a gente até a casa do meu tio, e ele apareceu. Minha mãe tentou se prostrar diante dele, como era costume em nosso país, mas estava tão amarrada que caiu de lado. Um dos lados do rosto dela ficou cheio de terra e seus joelhos estavam esfolados. Agora eu sei que ela nunca foi amada, porque nunca foi vista de verdade, a não ser pelos filhos, que a amavam. (...)”

WALKER, Alice. O templo dos meus familiares. Rio de Janeiro: José Olympio, 2024. p. 80-81.

No fragmento apresentado, observam-se marcas de oralidade. Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel dessas marcas no texto.

- (A) As marcas de oralidade evidenciam desvios da norma típicos dos textos falados, o que compromete a clareza e a organização das ideias no texto escrito.
- (B) A oralidade se manifesta por meio de estruturas sintáticas simples, indicando limitação expressiva do narrador na construção do relato.
- (C) O uso de marcas de oralidade aproxima o texto da linguagem coloquial, contribuindo para a construção de um relato mais espontâneo e expressivo.
- (D) A presença de expressões coloquiais interfere na progressão temática, desviando propositalmente o foco narrativo para elementos secundários.
- (E) As marcas de oralidade caracterizam o texto como um diálogo direto entre personagens, estruturado por turnos de fala.

7

Leia o texto a seguir.

O que é um lugar de memória?

Um espaço de memória é mais do que um simples local geográfico ou uma construção física; é um repositório de histórias, emoções e experiências que transcendem o tempo. Ao passo que caminhamos por esses espaços, somos transportados para momentos passados, revivendo eventos, sentimentos e memórias coletivas que moldaram o curso da história e da cultura. No cerne, um espaço de memória serve como uma ponte entre o passado e o presente. Funciona como um lembrete palpável de eventos, pessoas ou eras que deixaram uma marca indestrutível na tapeçaria cultural de uma comunidade ou nação.

<https://www.aqua.com.br/blog/lugares-de-memoria>

No primeiro período do texto, as palavras “memória”, “geográfico” e “experiências” variam em relação ao gênero e ao número, mas têm em comum o fato de serem acentuadas graficamente - algo que pode ser justificado pela mesma regra de acentuação.

Assim sendo, essas palavras são acentuadas por

- (A) possuírem uma sílaba tônica.
- (B) serem oxítonas polissílabas.
- (C) terminarem em ditongo.
- (D) apresentarem hiato.
- (E) serem proparoxítonas.

8

Leia o texto a seguir.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E REGULAÇÃO
GERÊNCIA DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES

OFÍCIO Nº 06/SUR/GERIH Florianópolis, 11 de fevereiro de 2025

Considerando que o Sistema SES Leitos 2.0, já se encontra implantado em toda a rede hospitalar própria e contratualizada do SUS, solicitamos aos hospitais/Núcleo Interno de Regulação (NIR) que atualizem o sistema mantendo cadastros somente os leitos SUS.

O número de leitos cadastrados deve estar de acordo com o quantitativo de leitos habilitados (CNES) ou custeados pelo Política de Valorização dos Hospitais (PVH).

Os leitos SUS devem ser utilizados exclusivamente para internação de pacientes em atendimento no Sistema Único de Saúde SUS.

A Solicitação de Internação de paciente do privado/convenio no leito SUS, deve obedecer às regras de acesso ao SUS, que deve ocorrer através de fila única de acesso aos leitos via Central de Regulação de Internações Hospitalares Macrorregional (CRIHMR).

É vedada a funcionalidade de “bloqueio de leitos” pelos operadores hospitalares do Sistema.

Ofício Nº 06/SUR/GERIH de 11/02/2025: <https://saude.sc.gov.br/index.php/pt/>

Gêneros textuais são práticas discursivas situadas em contextos comunicativos específicos.

O “ofício” é um gênero textual prescritivo, o que pode ser observado linguisticamente pelo emprego de

- (A) locuções verbais com o auxiliar “dever”, como em “deve estar de acordo” e “devem ser utilizados”.
- (B) termos técnicos da área da saúde, como “leitos SUS” e “Central de Regulação de Internações”.
- (C) marcas formais de identificação institucional, como “Ofício Nº 06” e “11 de fevereiro de 2025”.
- (D) siglas e abreviações institucionais, como “SUS”, “CNES” e “PVH”.
- (E) expressões de localização e formalidade administrativa, como “Florianópolis” e “rede hospitalar”.

9

Leia o texto a seguir.

Obra completa de Salim Miguel ganha versão digital gratuita

24/09/2025 15:00

A iniciativa é da Editora da UFSC, que, nesta quinta-feira, lança os três primeiros títulos da série coleção, em evento no Teatro Carmen Fossari.

A reedição digital da obra de Salim Miguel, anunciada em 2024 em comemoração ao seu centenário, começa a ser disponibilizada. No dia 25 de setembro, três livros serão lançados em formato digital e gratuitos pela Editora da UFSC: *Nur na escuridão*, *Minha vida* (inédito em português) e *Primeiro de Abril: Narrativas da cadeia*, já incluído no vestibular 2026 da UFSC.

Adaptado de <https://editora.ufsc.br/2025/09/24/obra-completa-de-salim-miguel-ganha-versao-digital-gratuita/>

No título do texto, o verbo “ganha” é empregado em sentido figurado.

A opção em que se apresenta um verbo capaz de substituí-lo no contexto do título, mantendo equivalência com o sentido original, é

- (A) conquista.
- (B) recebe.
- (C) obtém.
- (D) adquire.
- (E) alcança.

10

Marcelo Labes: Enclave (2018)

13 novembro, 2018 Primata

Marcelo Labes nasceu em Blumenau-SC, em 1984. É autor de Falações (EdiFurb, 2008), Porque sim não é resposta (Antítese, Hemisfério Sul, 2015), O filho da empregada (Antítese, Hemisfério Sul, 2016), Trapaça (Oito e Meio, 2016), Enclave (Patuá, 2018) e O poeta periférico (Edição do autor, 2018). Integrou a mostra Poesia Agora (edição carioca), em 2017. Tem poemas publicados em InComunidade, Mallarmagens, Literatura & Fechadura, Livre Opinião – Ideias em Debate, Ruído Manifesto, Enfermaria 6 e Revista Lavoura. Edita a revista eletrônica O poema do poeta, onde publica originais manuscritos, esboços e rabiscos de poetas e ficcionistas.

<https://www.poesiaprimata.com/marcelo-labes/marcelo-labes-enclave-2018/>

Publicado em uma revista eletrônica de poesia brasileira, o texto insere-se em um contexto de divulgação literária.

Considerando suas características composicionais e informativas, assinale a afirmativa que indica corretamente a função desse texto.

- (A) Informar o leitor sobre a trajetória e a produção literária de Labes, situando-o no cenário da poesia contemporânea.
- (B) Analisar criticamente as obras do autor, apresentando interpretações sobre seus principais temas e estilos.
- (C) Narrar episódios da vida do poeta, enfatizando experiências pessoais que influenciaram sua escrita.
- (D) Defender a relevância da obra do autor, buscando convencer o leitor de seu destaque no campo literário.
- (E) Explicar o processo de criação poética de Marcelo Labes, detalhando métodos e influências de sua escrita.

Legislação Institucional do PJSC

11

Lucas, servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, constatou que o sistema informatizado da referida Corte está inoperante. Em assim sendo, o servidor, em consulta à regulamentação legal, constatou que, se o sistema informatizado não estiver operante, os processos considerados urgentes serão distribuídos mediante registro em termo próprio, no qual constarão o número e a classe, o nome do relator sorteado, a data e as observações que se fizerem necessárias para o cadastramento posterior.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, consideram-se urgentes os processos elencados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Mandado de segurança.
- (B) Mandado de injunção.
- (C) Correição parcial.
- (D) Ação Popular.
- (E) Habeas data.

12

Nos termos da regulamentação legal, a pauta de julgamento será organizada pela secretaria do órgão julgador e conterà os feitos incluídos para julgamento, os anteriormente adiados e os com vista, incluindo-se em nova pauta os processos que não tenham sido julgados na sessão designada, salvo aqueles cujo julgamento tiver sido expressamente adiado para a primeira sessão seguinte, ou aqueles que estejam com vista a desembargador pelo prazo máximo de dez dias, prorrogável por igual período.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Para cada sessão será elaborada uma pauta de julgamento, em que se observará a antiguidade dos feitos da mesma classe.
- () Será dispensada a publicação de nova pauta de julgamento em razão da mudança de revisor, desde que o sucessor concorde com o relatório.
- () Os feitos incluídos na ordem do dia e não julgados em razão de superveniência do recesso somente serão julgados após a publicação de nova pauta de julgamento, salvo se presentes os advogados das partes.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

13

Nos termos da legislação de regência, as petições iniciais, os recursos, os processos e os incidentes digitais serão registrados na ordem de recebimento, obedecidas as prioridades legais, e serão classificados segundo as espécies catalogadas no sistema de gestão de tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça. Ademais, será feita anotação na capa dos autos ou destaque nos processos eletrônicos em determinadas hipóteses regimentais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que será feita anotação na capa dos autos ou destaque nos processos eletrônicos, dentre outros, nos seguintes casos:

- (A) prioridade do idoso e prioridade especial às crianças com até doze anos de idade incompletos.
- (B) pessoa com deficiência e crime contra a Administração Pública.
- (C) réu preso e prioridade especial aos maiores de setenta anos.
- (D) pessoa com deficiência e execução fiscal.
- (E) réu preso e segredo de justiça.

14

As comissões, que poderão ser permanentes ou temporárias, são órgãos responsáveis por desenvolver estudos, elaborar pareceres e executar as atribuições que lhes são conferidas.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, analise as afirmativas a seguir.

- I. Salvo disposição legal diversa, os membros das comissões serão eleitos pelo Tribunal Pleno e designados mediante resolução emitida pelo presidente do Tribunal de Justiça, facultada a indicação e posterior homologação dos nomes.
- II. Poderão ser escolhidos como membros das comissões os juízes que apresentem produtividade compatível com a média do grupo de varas em que atuam.
- III. O quórum para a instalação e o funcionamento das sessões e das comissões será o da maioria absoluta de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples e consignadas em ata.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15

Após a observância das formalidades constitucionais e legais aplicáveis à espécie, Lucas, Corregedor-Geral da Justiça no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, aplicou a penalidade de suspensão em detrimento de João, servidor diretamente a ele subordinado. Irresignado, o referido agente público pretende recorrer da penalidade imposta.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 639/2015, é correto afirmar que, da decisão proferida, caberá recurso ao (à)

- (A) 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça.
- (B) Presidência do Tribunal de Justiça.
- (C) Conselho da Magistratura.
- (D) Órgão Especial.
- (E) Tribunal Pleno.

16

A Corregedoria-Geral da Justiça possui atribuição em todo o Estado, e é representada, no âmbito judicial, por desembargador investido no cargo de Corregedor-Geral da Justiça, nos termos da regulamentação legal.

Considere que a Corregedoria-Geral da Justiça recebeu representação em razão de suposto excesso injustificado de prazo em determinada relação processual.

Nesse cenário, à luz das disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, compete à Corregedoria-Geral da Justiça processar e julgar o procedimento para apuração da responsabilidade decorrente dessa representação, quando formulada contra

- (A) desembargador, juiz de direito ou juiz substituto, sendo certo de que o Corregedor-Geral da Justiça poderá delegar competência aos juízes de direito e aos diretores de foro para a realização de correições ordinárias nos serviços que lhe sejam subordinados, prerrogativa não extensível às correições extraordinárias.
- (B) juiz de direito ou juiz substituto, sendo certo de que o Corregedor-Geral da Justiça poderá delegar competência aos juízes de direito e aos diretores de foro para a realização de correições ordinárias nos serviços que lhe sejam subordinados, prerrogativa não extensível às correições extraordinárias.
- (C) juiz de direito ou juiz substituto, sendo certo de que o Corregedor-Geral da Justiça não poderá delegar competência aos juízes de direito, tampouco aos diretores de foro para a realização de correições ordinárias ou extraordinárias nos serviços que lhe sejam subordinados.
- (D) desembargador, juiz de direito ou juiz substituto, sendo certo de que o Corregedor-Geral da Justiça poderá delegar competência aos juízes de direito e aos diretores de foro para a realização de correições ordinárias e extraordinárias nos serviços que lhe sejam subordinados.
- (E) juiz de direito ou juiz substituto, sendo certo de que o Corregedor-Geral da Justiça poderá delegar competência aos juízes de direito e aos diretores de foro para a realização de correições ordinárias e extraordinárias nos serviços que lhe sejam subordinados.

Ética e Gestão no Serviço Público

17

Um gestor que ocupa o ápice do escalonamento hierárquico de determinado ente da administração pública indireta do Estado Signa desenvolveu um projeto de grande benefício para a coletividade, cuja divulgação poderia lhe conferir expressiva popularidade em ano de eleições.

Ao analisar os limites impostos pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, o gestor concluiu corretamente que a realização de publicidade do referido projeto

- (A) afronta a impessoalidade; logo, é vedada.
- (B) não pode veicular nome ou imagem que vincule João ao projeto.
- (C) deve ter o seu teor e respectiva fonte de custeio aprovados em lei, sendo vedado o delineamento do seu conteúdo por João.
- (D) pode ter fim informativo e mencionar o nome ou a imagem de João, desde que não seja direcionada à sua promoção pessoal.
- (E) pode enaltecer a atuação pessoal de João na realização do projeto, mas isto, embora seja lícito, exigirá que ele reembolse os valores gastos.

18

Silvia, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo em uma estrutura de poder do Estado de Santa Catarina, respondeu a processo disciplinar.

Após regular tramitação desse processo, com estrita observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, foi aplicada à Silvia uma sanção disciplinar que extinguiu o vínculo funcional mantido com a Administração Pública.

Como era muito estudiosa, Silvia analisou o seu regime jurídico com o objetivo de verificar a possibilidade, ou não, de retornar ao serviço público de Santa Catarina a partir da aprovação em novo concurso público.

À luz da legislação vigente, Silvia concluiu corretamente que

- (A) como sofreu a sanção de demissão, é vedado seu retorno ao serviço público.
- (B) caso a sanção sofrida tenha sido a de demissão qualificada, será alcançada pela incompatibilidade para o exercício de cargo ou emprego público por até 8 (oito) anos.
- (C) caso a sanção sofrida tenha sido a de demissão qualificada, será alcançada pela incompatibilidade para o exercício de cargo ou emprego público por até 10 (dez) anos.
- (D) caso a sanção sofrida tenha sido a de demissão simples, será alcançada pela incompatibilidade para o exercício de cargo ou emprego público pelo limite máximo de 4 (quatro) anos.
- (E) a sanção sofrida somente produz efeitos no âmbito da relação funcional que foi extinta, não obstando ou postergando o surgimento, pelos meios legais, de outra relação funcional.

19

João é servidor público no âmbito do Estado Alfa, e foi acusado da prática de ato de improbidade administrativa tipificado no Art. 9º da Lei nº 8.429/1992, por ter obtido vantagem patrimonial indevida em razão da prática de ato próprio do seu ofício.

À luz da Lei nº 8.429/1992, caso João venha a ser condenado pela prática do referido ato de improbidade administrativa, é correto afirmar que as sanções aplicáveis

- (A) podem redundar em perda da função pública, desde que ele seja reincidente.
- (B) devem ser aplicadas a partir de ação ajuizada pelo Ministério Público ou por Alfa.
- (C) pressupõem a prévia apuração da conduta em processo administrativo disciplinar.
- (D) podem ser aplicadas no âmbito de um processo administrativo ou de um processo judicial.
- (E) acarretam a privação da liberdade de João se a conduta for enquadrada como crime e houver pedido nesse sentido.

20

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, desenvolveu em caráter privado, com recursos próprios, um aplicativo que mapeava o tempo médio de prolação de decisões interlocutórias e sentenças pelos Juízes de Direito de determinada Comarca, além de identificar a frequência com que doutrinadores e acórdãos eram citados.

Ao seu ver, o aplicativo tem grande potencial de utilidade para os usuários e de lucratividade para ela. No entanto, como trabalha na respectiva Comarca, tem dúvida se o aplicativo que pretende lançar gera alguma espécie de conflito de interesses e se deveria ser objeto de comunicação.

Após analisar a Resolução TJ nº 22/2021, Maria concluiu corretamente que

- (A) a informação à administração é uma conduta esperada.
- (B) o desenvolvimento de atividade privada, de modo paralelo à atividade pública, é vedado.
- (C) a atividade foi integralmente desenvolvida no âmbito privado, o que afasta o dever de comunicação.
- (D) o dever de comunicação somente existe em se tratando de ocupante de cargo em comissão, não a alcançando.
- (E) o lançamento do aplicativo, a exemplo de qualquer atividade privada, depende de prévia autorização da Comissão de Ética e Conduta.

Noções de Informática e Proteção de Dados

21

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o tratamento seguro de dados pessoais deve incluir medidas técnicas que minimizem riscos aos titulares. Uma dessas medidas é a pseudonimização, um procedimento que visa aumentar a privacidade sem inviabilizar a utilidade do dado para fins legítimos da organização.

Sobre a técnica de pseudonimização, assinale a afirmativa que descreve corretamente sua característica principal.

- (A) É o processo de exclusão definitiva de dados sensíveis de uma base de dados, tornando impossível qualquer tipo de recuperação futura.
- (B) É uma medida de segurança física que consiste em restringir o acesso à sala de servidores apenas a funcionários com identificação biométrica.
- (C) É o tratamento pelo qual os dados deixam de poder ser associados, direta ou indiretamente, a um indivíduo, exceto mediante a utilização de informações complementares mantidas separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.
- (D) É a técnica de compactação de arquivos para economizar espaço em disco, facilitando o transporte de grandes volumes de dados pessoais entre setores da empresa.
- (E) É a criação de uma cópia de segurança (*backup*) integral de um banco de dados, armazenada em um servidor de nuvem fora do país de origem.

22

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, estabelece regras para o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas e jurídicas. Um dos conceitos fundamentais da lei é o de “dado pessoal sensível”, que recebe uma camada extra de proteção.

Com base na LGPD, são exemplos de “dado pessoal sensível”:

- (A) nome completo; número do CPF; endereço residencial.
- (B) número de telefone; e-mail pessoal; histórico de navegação na internet.
- (C) origem racial ou étnica; convicção religiosa; dados referentes à saúde.
- (D) fotografia de perfil de redes sociais; profissão atual; filiação.
- (E) registro geral (RG); título de eleitor; local de nascimento.

23

O funcionamento de um computador depende da interação harmônica entre componentes físicos (*hardware*) e programas (*software*).

Sobre essa interação e as funções dos elementos que compõem um sistema computacional, é correto afirmar que

- (A) a memória RAM é um exemplo de *software* de sistema, responsável por armazenar permanentemente os arquivos do usuário, mesmo quando o computador é desligado.
- (B) o Sistema Operacional é o *software* base que gerencia o *hardware* e fornece uma interface para que outros aplicativos possam ser executados.
- (C) os periféricos de entrada, como monitores e impressoras, têm a função exclusiva de enviar dados para processamento na Unidade Central de Processamento (CPU).
- (D) navegadores de internet e editores de texto são classificados como *softwares* de sistema, pois são essenciais para o *boot* do computador.
- (E) a CPU é um *software* encarregado de realizar cálculos lógicos e aritméticos dentro do disco rígido.

24

No cenário atual de ameaças cibernéticas, a dependência exclusiva de senhas (algo que o usuário sabe) tem se mostrado insuficiente para proteger contas corporativas contra ataques de *phishing* ou vazamentos de dados.

Para elevar o nível de segurança, as organizações implementam a Autenticação de Dois Fatores (2FA), que exige a combinação de diferentes categorias de evidências para conceder acesso a um sistema.

Considerando as boas práticas e o funcionamento da 2FA, assinale a afirmativa que descreve corretamente uma implementação válida desse mecanismo.

- (A) O uso de duas senhas diferentes, sendo uma numérica e outra alfanumérica, ambas cadastradas pelo usuário no momento da criação da conta.
- (B) A exigência de uma senha de acesso combinada com o recebimento ou geração de um código temporário (OTP), via aplicativo autenticador ou *token* físico.
- (C) A configuração de uma pergunta de segurança (como "nome do pet"), que deve ser respondida logo após a inserção da senha principal.
- (D) O bloqueio automático da conta após três tentativas de login malsucedidas, exigindo que o suporte técnico realize o desbloqueio manual.
- (E) A utilização de uma senha complexa que contenha obrigatoriamente letras maiúsculas, minúsculas, números e caracteres especiais.

25

No cotidiano de uma instituição, o manuseio de informações de terceiros exige cuidados constantes para garantir a segurança e a confidencialidade.

Uma prática que protege os dados pessoais e evita o acesso não autorizado é a de

- (A) deixar o computador ligado e com a sessão aberta ao se ausentar da mesa, para facilitar o acesso rápido de outros colegas que precisem de informações.
- (B) acessar apenas os dados estritamente necessários para realizar a tarefa solicitada, e não compartilhar informações com pessoas não autorizadas.
- (C) compartilhar senhas de sistemas de cadastro com colegas de equipe de confiança, para agilizar o fluxo de trabalho em períodos de alta demanda.
- (D) imprimir listas de contatos com nomes e telefones e deixá-las em áreas comuns, como balcões ou quadros de avisos, para facilitar a consulta por qualquer pessoa.
- (E) utilizar redes Wi-Fi públicas e sem senha em locais abertos, para enviar arquivos que contenham documentos de identificação de clientes ou usuários.

Direitos Humanos e acesso à justiça

26

A proteção de grupos vulneráveis envolve o tratamento isonômico, baseando-se no princípio de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. Vedam-se as distinções arbitrárias, viabilizando-se ações afirmativas para corrigir desvantagens históricas de determinados grupos.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) é reservado às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos.
- (B) os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados estabelecerão procedimento de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas e pardas, reavaliado a cada 3 (três) anos.
- (C) consideram-se barreiras atitudinais os comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- (D) quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência, no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, sendo o transporte custeado pela própria pessoa e não pelo Estado.
- (E) a assistência à mulher em situação de violência doméstica será prestada em caráter prioritário no Sistema Único de Saúde, desde que tenha havido registro prévio de ocorrência policial.

27

No âmbito do Poder Judiciário brasileiro, a promoção efetiva de direitos e a ampliação do acesso à justiça têm sido fortalecidas por políticas voltadas à inclusão e à eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais. Nesse contexto, destacam-se as iniciativas do Conselho Nacional de Justiça destinadas à proteção das pessoas com deficiência, da população em situação de rua, dos povos indígenas e de outros grupos vulnerabilizados, especialmente por meio das Resoluções nº 401/2021 e nº 425/2021.

Considerando a legislação e a normatização vigentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) A constatação de que crianças ou adolescentes se encontram em situação de rua constitui motivo suficiente para a suspensão ou a perda do poder familiar.
- (B) A gestante em situação de rua que manifeste interesse em entregar o filho para adoção terá o poder familiar extinto por decisão judicial, ainda que indique o genitor da criança.
- (C) Nos estacionamentos abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, é obrigatória a reserva de vagas destinadas a veículos que transportem pessoas com deficiência, em percentual equivalente a 2% (dois por cento) do total de vagas.
- (D) As ações e os serviços de saúde pública, destinados às pessoas com deficiência, devem garantir atendimento psicológico, inclusive a seus familiares, sem extensão desse atendimento aos atendentes pessoais.
- (E) À pessoa com deficiência é assegurado o direito à atenção sexual e reprodutiva, não abrangendo, contudo, o acesso a técnicas de fertilização assistida.

28

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 preceitua que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) em nenhuma hipótese, alguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- (B) é livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- (C) a criação e o funcionamento de associações e de cooperativas dependem de autorização da autoridade competente, na forma da Lei.
- (D) é assegurado o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores.
- (E) a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei do seu país de origem, desde que em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.

29

A incorporação de tratados de direitos humanos no Brasil, após a Emenda Constitucional nº 45/2004, dá-se através de rito previsto no artigo 5º, §3º, da Constituição Federal de 1988.

Considerando a Constituição Federal e a legislação em vigor, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) é da competência privativa do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (B) compete exclusivamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- (C) os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, no Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
- (D) no Brasil, as normas internas se sobrepõem aos tratados internacionais de direitos humanos, mesmo que ratificados, não se aplicando o controle de convencionalidade.
- (E) tratados anteriores ou não aprovados pelo rito previsto na Constituição Federal de 1988 possuem natureza supralegal, superior à lei ordinária e inferior à Constituição, integrando o bloco de constitucionalidade.

30

A Constituição Federal de 1988 preceitua, como direito fundamental, o acesso à Justiça, não se limitando a entrada no Judiciário, viabilizando que aquele que estiver com a razão veja seu direito reconhecido.

Considerando a legislação em vigor e as jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a previsão legal no ordenamento jurídico, de meios atípicos de execução, é reforço do princípio da efetividade da prestação jurisdicional.
- (B) eficácia e efetividade são termos sinônimas no âmbito judicial, referindo-se à capacidade da decisão de produzir efeitos jurídicos.
- (C) a demora, por mais de dois meses, para se proferir uma decisão determinando-se a citação do réu, viola a garantia constitucional da duração razoável do processo.
- (D) o princípio do contraditório consiste no direito de utilizar todos os meios e recursos legalmente previstos para provar sua inocência ou seu direito.
- (E) a lentidão na prestação jurisdicional caracteriza falha que, entretanto, não pode ensejar responsabilização do Estado ou do Magistrado atuante na causa.

Conhecimentos Específicos

Noções de Direito Administrativo

31

À luz das disposições da Constituição Federal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos brasileiros naturalizados, na forma da lei.
- () As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- () É garantido ao servidor público, civil ou militar, o direito à livre associação sindical.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

32

Lucas, servidor público no Estado de Santa Catarina, ficou responsável em apresentar, ao seu superior hierárquico, estudo sobre a ordem dos pagamentos prevista na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Dessa forma, ele constatou que, nos termos da legislação de regência, no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: i) fornecimento de bens; ii) locações; iii) prestação de serviços; e iv) realização de obras.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, a referida ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, no caso de

- (A) pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou privado, para manter o funcionamento regular das atividades finalísticas do órgão ou entidade.
- (B) pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.
- (C) pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física ou jurídica, microempreendedor individual e sociedade cooperativa.
- (D) pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da empresa contratada.
- (E) perturbação da ordem, emergência ou urgência.

33

Após a observância das formalidades aplicáveis à espécie, o Estado de Santa Catarina anulou procedimento licitatório em curso. Irresignada com a atuação do Poder Público, a sociedade empresária Alfa pretende interpor recurso em face da decisão.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a sociedade empresária Alfa

- (A) não poderá recorrer, já que a anulação da licitação é um direito potestativo do Estado de Santa Catarina.
- (B) não poderá recorrer, por ausência de previsão legal nesse sentido.
- (C) poderá recorrer, no prazo de oito dias úteis.
- (D) poderá recorrer, no prazo de três dias úteis.
- (E) poderá recorrer, no prazo de quinze dias.

34

Guilherme e Lucas, Juízes de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, possuem divergência sobre matéria administrativa em tese.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que dirimir divergências entre juízes sobre matéria administrativa, em tese, é uma competência do (da)

- (A) 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
- (B) 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
- (C) 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
- (D) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (E) Corregedor-Geral da Justiça.

35

Lucas, servidor público do Estado de Santa Catarina, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, pretende se candidatar ao cargo de Vereador do Município Alfa (SC). Com efeito, o agente público buscou maiores informações para averiguar se as suas aspirações são factíveis e compatíveis com o regime jurídico que lhe é aplicável.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) caso seja eleito e investido no mandato de Vereador, Lucas, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, em não havendo compatibilidade, será afastado da Secretaria do Meio Ambiente, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) caso seja eleito e investido no mandato de Vereador, Lucas, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, em não havendo compatibilidade, será exonerado da Secretaria do Meio Ambiente.
- (C) não é juridicamente admissível a candidatura de Lucas ao cargo de Vereador, salvo em caso de autorização fundamentada por parte do Secretário do Meio Ambiente.
- (D) não se exige a exoneração de Lucas para se candidatar ao cargo de Vereador, pois a referida obrigação só é oponível em caso de diplomação no cargo eletivo.
- (E) para se candidatar ao cargo de Vereador, Lucas deverá se exonerar da função exercida junto à Secretaria do Meio Ambiente.

36

Durante a fase de julgamento de uma licitação promovida pelo Município Alfa (SC), verificou-se empate entre três propostas válidas. Diante dessa situação, a Administração Pública passou a aplicar os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021.

Considerando as disposições dessa lei, constitui critério legal de desempate, entre outros,

- (A) a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser preferencialmente utilizados registros cadastrais destinados ao atesto de cumprimento de obrigações previstos na legislação, e o desenvolvimento de ações voltadas à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- (B) a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser preferencialmente utilizados registros cadastrais destinados ao atesto de cumprimento de obrigações previstos na legislação, e o investimento em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- (C) o desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do regulamento, e o desenvolvimento de ações voltadas à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- (D) a realização de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, e o desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- (E) a realização de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, e a adoção de práticas de mitigação.

37

No âmbito da estrutura administrativa do Município Alfa (SC), encontram-se os seguintes órgãos e entidades:

- i) autarquia Beta;
- ii) fundação pública Charlie;
- iii) sociedade de economia mista Delta;
- iv) empresa pública Echo;
- v) secretaria municipal Fox.

Considerando as formas de organização da Administração Pública e o entendimento doutrinário predominante, assinale a opção que indica a estrutura resultante da desconcentração administrativa.

- (A) Sociedade de economia mista Delta.
- (B) Fundação pública Charlie.
- (C) Secretaria municipal Fox.
- (D) Empresa pública Echo.
- (E) Autarquia Beta.

38

Ao abrir o capítulo inerente à Administração Pública, o Art. 37 da Constituição Federal preconiza que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a determinados princípios expressos, sem embargo da aplicabilidade de máximas implícitas ao texto constitucional.

Nesse cenário, considerando as disposições do referido dispositivo constitucional, tem assento expresso na Constituição da República o princípio da

- (A) indisponibilidade do interesse público.
- (B) proporcionalidade.
- (C) razoabilidade.
- (D) juridicidade.
- (E) moralidade.

39

A Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina enviou ofício ao gabinete de João, parlamentar no Município Alfa (SC), para tratar de assuntos institucionais. Na sequência, o Presidente da Casa Legislativa Estadual homologou o resultado de determinada licitação.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que o ofício e a homologação da licitação são, respectivamente, atos administrativos

- (A) ordinatório e de consentimento.
- (B) negocial e de consentimento.
- (C) enunciativo e de verificação.
- (D) enunciativo e de controle.
- (E) ordinatório e de controle.

40

O Poder Executivo, no Município Alfa (SC), constatou que três diferentes entidades demonstraram interesse em exercer a atividade de controle do tráfego de veículos automotores intramunicipal, com o efetivo exercício do poder de polícia, via aplicação de multas, quando se mostrar necessário.

Veja-se:

- i) Empresa pública Beta, pessoa jurídica de direito privado com capital social majoritariamente público e que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- ii) Sociedade de economia mista Charlie, pessoa jurídica de direito privado com capital social majoritariamente público e que presta serviço público em regime concorrencial.
- iii) Sociedade empresária Delta, pessoa jurídica de direito privado com capital social majoritariamente privado e que atua no mercado concorrencial.

Nesse cenário, considerando a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a delegação do exercício do poder de polícia, por meio de lei, poderá beneficiar

- (A) a sociedade de economia mista Charlie e a sociedade empresária Delta.
- (B) a empresa pública Beta e a sociedade de economia mista Charlie.
- (C) a empresa pública Beta e a sociedade empresária Delta.
- (D) a sociedade de economia mista Charlie.
- (E) a empresa pública Beta.

Noções de Direito Constitucional

41

Foi constatada, na área territorial do Município Sigma, a propagação de partículas suspensas no ar, o que decorria da ausência de uso de filtros adequados pela sociedade empresária Alfa, com a complacência das estruturas de poder responsáveis pela fiscalização. Esse estado de coisas vinha acarretando muitos dissabores para os municípios e para os viajantes que passavam pelo território municipal, o que levou ao surgimento de movimentos que defendiam o fechamento ou a regularização das operações de Alfa.

Na situação descrita, é possível afirmar que, na perspectiva constitucional,

- (A) somente é cabível o ajuizamento de ação civil pública, que não é de iniciativa privativa do Ministério Público.
- (B) somente é cabível o ajuizamento de ações individuais pelas pessoas que se sentirem afetadas pela atividade de Alfa.
- (C) é cabível o ajuizamento de ação civil pública em litisconsórcio ativo formado pelas pessoas que se sentirem afetadas pela atividade de Alfa.
- (D) é cabível o ajuizamento de ação popular ou de ação civil pública, nesse caso pelo Ministério Público ou outro legitimado, para a realização do objetivo almejado.
- (E) somente é cabível o ajuizamento de ação popular e, caso a propagação de partículas no ar se estenda por outros municípios, poderá ser ajuizada ação civil pública por um legitimado.

42

Certo jurisdicionado ficou insatisfeito com a atuação de um Juiz de Direito, por ter decidido a causa de modo desfavorável aos seus interesses. Após analisar as circunstâncias afetas ao caso concreto, chegou à conclusão de que o magistrado fora parcial, agindo deliberadamente em benefício da parte *ex adversa*, o que configuraria infração disciplinar. Por tal razão, representou contra o magistrado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Beta (TJEB), sendo a representação arquivada liminarmente por não terem sido identificados indícios da referida imparcialidade, o que levou o jurisdicionado a cogitar submeter a questão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) não é possível a atuação do CNJ, pois a representação foi arquivada liminarmente pelo TJEB.
- (B) é possível a atuação do CNJ, devendo ter transcorrido menos de 1 (um) ano desde a apreciação da matéria pelo TJEB.
- (C) é possível a atuação do CNJ, enquanto não fluir o prazo prescricional para a apuração da alegada infração disciplinar.
- (D) é possível a atuação do CNJ, desde que cumprida a condição de procedibilidade consistente no exaurimento das instâncias ordinárias.
- (E) é possível a atuação do CNJ, desde que lastreada em prova nova, formada em momento posterior à análise do TJEB, e ainda não transcorridos 3 (três) anos.

43

A Lei nº X, do Estado Alfa, fruto de grande mobilização popular, alterou o regime jurídico dos servidores públicos estaduais. De acordo com esse diploma normativo, os servidores demitidos a bem do serviço público pela prática de atos de corrupção estão permanentemente impedidos de reingressar no âmbito das distintas estruturas de poder do Estado Alfa, quer ocupando cargos em comissão, quer ocupando cargos de provimento efetivo. A medida, muito comemorada pela população, foi criticada por segmentos representativos dos servidores públicos.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a Lei nº X é

- (A) inconstitucional, por tratar de matéria afeta à competência legislativa privativa da União.
- (B) inconstitucional, pois afronta direito fundamental consagrado na ordem constitucional vigente.
- (C) constitucional, desde que a disciplina da matéria seja determinada pela Constituição Estadual.
- (D) constitucional, pois busca preservar a moralidade administrativa, princípio constitucional da Administração Pública.
- (E) constitucional, pois reflete o exercício de competência legislativa residual de Alfa e condiciona o interesse individual à satisfação do interesse público.

44

Ana nasceu no território brasileiro, quando seus pais, de nacionalidade turca, aqui se encontravam trabalhando em uma indústria de cosméticos. Cerca de 5 (cinco) anos após o nascimento, a família passou a residir na Argélia, tendo Ana se naturalizado argelina voluntariamente ao completar 21 (vinte e um) anos de idade. Um mês depois, Ana decidiu fixar residência no território brasileiro, pois tinha plena familiaridade com o idioma, e concorrer a um cargo eletivo na eleição a ser realizada no ano seguinte.

É correto afirmar que Ana

- (A) pode concorrer a alguns cargos eletivos por ser brasileira nata, mas não a todos.
- (B) pode concorrer a qualquer cargo eletivo, caso opte pela nacionalidade brasileira.
- (C) pode concorrer a alguns cargos eletivos, caso renuncie à nacionalidade argelina, mas não a todos.
- (D) não pode concorrer a cargos eletivos, óbice que pode ser afastado pela naturalização, permitindo-lhe concorrer a qualquer cargo dessa natureza.
- (E) não pode concorrer a cargos eletivos, óbice que pode ser afastado pela naturalização, permitindo-lhe concorrer a alguns cargos dessa natureza, mas não a todos.

45

Foi promulgada Emenda à Constituição do Estado Alfa (ECEA) dispondo que os municípios situados no seu território deveriam observar certos requisitos para a escolha dos dirigentes máximos das entidades da Administração Pública indireta, como qualificação compatível com o cargo e antecedentes ilibados, de modo a assegurar o primado da probidade administrativa. Essa reforma constitucional, no entanto, foi duramente criticada por diversos Prefeitos Municipais, que viram reduzida sua liberdade valorativa.

Na situação descrita, é correto afirmar que a ECEA é

- (A) inconstitucional, considerando a redução imposta à autonomia municipal.
- (B) constitucional, considerando a simetria existente com a Constituição da República.
- (C) constitucional, desde que sejam observadas as normas gerais editadas pela União a respeito da temática.
- (D) constitucional, considerando que as disposições da Constituição Estadual são vinculantes para os municípios.
- (E) inconstitucional, considerando que a Constituição Estadual somente pode dispor sobre assuntos referentes a Alfa, não aos municípios, que são regidos por lei orgânica.

46

Joana, servidora pública aposentada, foi admitida no âmbito da Secretaria de Educação do Estado Alfa, sem prévia aprovação em concurso público, para ocupar uma função de confiança. Na ocasião, foi informada de que, ainda em 2026, seria criado um regime próprio de previdência social para os servidores públicos municipais, no qual seria enquadrada, o que ampliaria o rol de benefícios que a alcançariam.

Na perspectiva da Constituição da República, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma desconformidade constitucional.
- (B) somente apresenta desconformidade constitucional em relação ao fato de Joana ocupar função de confiança.
- (C) somente apresenta desconformidade constitucional em relação à criação do regime próprio de previdência social.
- (D) somente apresenta desconformidade constitucional em relação ao fato de Joana vir a ter um vínculo com Alfa sem prévia aprovação em concurso público.
- (E) somente apresenta desconformidade constitucional em relação ao fato de Joana ocupar função de confiança e à criação do regime próprio de previdência social.

47

Com o objetivo de dar cumprimento ao ciclo orçamentário, o setor competente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJEA) informou ao seu Presidente sobre a necessidade de ser elaborada a proposta orçamentária para o exercício financeiro subsequente.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) a proposta orçamentária deve ser aprovada pelo TJEA e encaminhada ao Poder Executivo do Estado Alfa.
- (B) a proposta orçamentária deve ser aprovada pelo TJEA e encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado Alfa.
- (C) o orçamento deve ser aprovado pelo órgão competente do TJEA, considerando a autonomia financeira do Poder Judiciário.
- (D) a proposta orçamentária deve ser elaborada pelo Poder Executivo, em prol da unidade orçamentária e encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado Alfa.
- (E) a proposta orçamentária deve ser elaborada pelo TJEA, em conjunto com os demais poderes e instituições autônomas, e encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado Alfa.

48

Maria, servidora do Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJEA), foi instada por seu superior hierárquico a encaminhar determinado expediente ao órgão fracionário de segunda instância, com competência para processar e julgar originariamente determinado feito.

Ao analisar a sistemática vigente, Maria observou que as competências jurisdicionais originárias do TJEA

- (A) podem ser instituídas pelo regimento interno.
- (B) estão previstas apenas na Constituição da República.
- (C) estão previstas apenas em lei complementa estadual.
- (D) podem estar previstas na lei de organização e divisão judiciária.
- (E) estão previstas apenas na Constituição da República e na Constituição Estadual.

Noções de Direito Civil

49

Analise as situações hipotéticas a seguir.

- I. Lucas, com 17 anos de idade, passou a explorar informalmente atividade comercial de venda de equipamentos eletrônicos pela internet, auferindo renda própria insuficiente para sua subsistência. Sem o conhecimento de seus pais, celebrou contrato de fornecimento com uma empresa de tecnologia, assumindo obrigações financeiras relevantes.
- II. João, de 35 anos, declarado pródigo em ação judicial transitada em julgado, teve sua capacidade restringida quanto à administração de seus bens. Ainda assim, celebrou contrato de alto valor sem assistência.
- III. Pedro, de 15 anos, adquiriu, sozinho, um serviço digital de alto custo, sem qualquer representação.

Considerando as regras do Código Civil sobre capacidade civil e validade desses negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- (A) O contrato celebrado por Pedro é válido, pois a incapacidade absoluta não impede a prática de atos da vida civil quando houver vantagem econômica.
- (B) Lucas é relativamente incapaz, de modo que seu contrato é nulo, ainda que possua economia própria decorrente de atividade comercial.
- (C) João, na condição de pródigo, é absolutamente incapaz, sendo nulo o contrato celebrado sem representação.
- (D) Lucas pode ser considerado plenamente capaz, caso se verifique que exerce atividade comercial com economia própria, ainda que não haja formal emancipação.
- (E) Pedro é absolutamente incapaz, devendo ser representado, sendo nulo o negócio jurídico celebrado sem essa representação.

50

Analise os casos a seguir, todos relacionados ao regime jurídico das associações previsto no Código Civil.

- I. A Associação Cultural Alfa, regularmente constituída, possui estatuto que prevê diferentes categorias de associados, conferindo benefícios exclusivos aos associados beneméritos, como prioridade em eventos e direito a voto qualificado.
- II. Carlos, associado contribuinte, faleceu, deixando a seu filho Pedro a titularidade de sua fração ideal do patrimônio da associação. Finalizado o inventário, Pedro requereu sua inclusão como associado, o que foi negado pela diretoria.
- III. Mariana, associada benemérita, foi excluída da associação por decisão da diretoria, sob alegação genérica de comportamento incompatível com os valores institucionais, sem instauração de procedimento formal e sem possibilidade de defesa ou recurso.
- IV. João, associado regularmente eleito para cargo diretivo, foi impedido de exercer suas funções por decisão unilateral do presidente da associação, sem previsão estatutária para tal medida.

Diante dessas situações, à luz do Código Civil, é correto afirmar que

- (A) a negativa de ingresso de Pedro como associado é inválida, pois a titularidade de fração ideal do patrimônio da associação implica automaticamente a aquisição da qualidade de associado.
- (B) a exclusão de Mariana é inválida, pois não observou procedimento que assegurasse direito de defesa e recurso.
- (C) a criação de categorias de associados com vantagens especiais é vedada, em razão do princípio da igualdade entre os associados.
- (D) João pode ser impedido de exercer sua função por decisão da presidência, desde que haja interesse da associação, ainda que não haja previsão estatutária.
- (E) a exclusão de Mariana é válida, pois cabe à diretoria avaliar discricionariamente a permanência dos associados, independentemente de procedimento formal.

51

Analise as situações apresentadas a seguir.

- I. Durante uma manifestação pública, Ricardo, inconformado com críticas feitas por Bruno em redes sociais, dirigiu-se até ele e, em tom exaltado, passou a ofendê-lo verbalmente, causando-lhe abalo moral relevante.
- II. Carla, vizinha de ambos, ao perceber que um incêndio se iniciava na casa de Bruno e que não havia ninguém no local, arrombou a porta de entrada e danificou parte do mobiliário para conter o fogo, evitando maiores prejuízos.
- III. A empresa ABC, ao exercer seu direito de cobrança de dívida líquida e vencida contra João, passou a realizar ligações reiteradas em horários inadequados, expondo o devedor a constrangimento perante terceiros.

Assinale a opção que apresenta a correta qualificação jurídica das condutas narradas, nos termos do Código Civil.

- (A) A conduta de Ricardo não configura ato ilícito, pois decorreu de exercício regular de direito de manifestação.
- (B) A conduta de Carla configura ato ilícito, pois implicou destruição de bem alheio, ainda que para evitar um dano maior.
- (C) A conduta da empresa ABC não configura ato ilícito, pois se trata de exercício regular de direito de cobrança.
- (D) Ricardo cometeu ato ilícito ao exceder os limites do exercício de seu direito, e a empresa ABC também praticou ato ilícito por abuso de direito.
- (E) Nenhuma das condutas narradas configura ato ilícito, pois todas são justificadas e se enquadram em excludentes legais.

52

Analise os casos a seguir.

- I. A empresa Beta celebrou contrato com a empresa Gama para fornecimento de 10.000 litros de combustível comum, com entrega parcelada ao longo de seis meses. Paralelamente, as partes firmaram contrato de compra e venda de uma escultura única, de autoria de artista renomado, a ser entregue ao final do mesmo período.
- II. Em outro negócio, João e Maria celebraram contrato de compra e venda de um terreno urbano, estipulando que, futuramente, poderiam dividir o imóvel em frações ideais para alienação a terceiros. No entanto, posteriormente, pactuaram cláusula expressa tornando o bem indivisível por conveniência econômica.

Com base nas situações descritas, assinale a opção que apresenta a correta identificação da natureza dos bens envolvidos e as consequências jurídicas dessa classificação nos termos do Código Civil.

- (A) O combustível objeto do contrato é bem inconsumível, pois pode ser utilizado reiteradamente sem destruição de sua substância.
- (B) A escultura pode ser considerada bem fungível, pois pode ser substituída por outra de igual valor econômico.
- (C) O terreno urbano é necessariamente indivisível, pois os bens imóveis não admitem fracionamento.
- (D) O combustível é bem fungível e consumível, e o terreno, embora naturalmente divisível, pode tornar-se indivisível por vontade das partes.
- (E) A escultura e o combustível são bens fungíveis e consumíveis, pois ambos podem ser alienados.

53

Jean, cidadão francês domiciliado na França, e Maria, cidadã brasileira domiciliada no Brasil, decidiram se casar durante intercâmbio acadêmico. O casamento foi celebrado no Brasil, perante autoridade competente brasileira, sem a observância de determinado impedimento previsto na legislação francesa, mas inexistente no direito brasileiro.

Após a celebração do casamento, o casal estabeleceu seu primeiro domicílio conjugal na Itália. Anos mais tarde, já residindo no Brasil, surgiu uma controvérsia acerca da lei aplicável aos impedimentos matrimoniais e ao regime de bens do casamento.

Considerando as regras da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) relativas à lei aplicável aos impedimentos matrimoniais, às formalidades do casamento e ao regime de bens, assinale a afirmativa correta.

- (A) A validade do casamento deve ser analisada à luz da lei francesa, em razão da nacionalidade de Jean, sendo irrelevante o local da celebração do casamento.
- (B) Os impedimentos matrimoniais devem ser regidos pela lei italiana, por ser o primeiro domicílio conjugal do casal.
- (C) A validade do casamento quanto aos impedimentos e formalidades deve ser regida pela lei brasileira.
- (D) O regime de bens deve ser regido pela lei francesa, pois corresponde ao domicílio de Jean no momento da celebração do casamento.
- (E) A invalidade do casamento deve ser regida pela lei brasileira, por ter sido o local da celebração do matrimônio.

54

Uma empresa de tecnologia firmou contrato com consumidores para fornecimento de serviço digital inovador não regulamentado por legislação específica. Após a ocorrência de falhas no serviço que geraram prejuízos relevantes, diversos consumidores ingressaram com ações judiciais.

No julgamento de um desses casos, o magistrado verificou que não havia norma legal específica que disciplinasse a responsabilidade civil aplicável àquele tipo de serviço. Ainda assim, entendeu que a empresa deveria responder pelos danos, fundamentando sua decisão em princípios e regras do direito do consumidor e na analogia com serviços similares já regulamentados. Ademais, ao proferir sentença em uma dessas demandas, o juiz considerou não apenas a literalidade das normas aplicáveis, mas também os impactos sociais da decisão, buscando equilíbrio nas relações contratuais e proteção da coletividade.

Considerando a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que o magistrado

- (A) decidiu corretamente ao utilizar analogia e princípios gerais do direito, bem como ao considerar os fins sociais da norma e as exigências do bem comum na aplicação do direito.
- (B) decidiu parcialmente de modo correto e ao utilizar a analogia, mas incorretamente ao fundamentar sua decisão em princípios, pois eles não possuem força normativa suficiente para embasar a condenação.
- (C) decidiu incorretamente, pois, diante da ausência de norma específica, deveria julgar improcedente o pedido, em respeito ao princípio da legalidade estrita.
- (D) extrapolou sua função jurisdicional ao considerar os impactos sociais da decisão, devendo limitar-se à interpretação literal das normas existentes.
- (E) deveria suspender o julgamento até a edição de lei específica, pois a ausência de regulamentação impede a atuação jurisdicional no caso concreto.

Noções de Direito Processual Civil

55

No processo civil, o princípio do juiz natural significa que

- (A) as partes podem escolher livremente qualquer juiz para julgar a causa.
- (B) o juiz pode ser designado após o fato, conforme a conveniência do caso.
- (C) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente previamente estabelecida.
- (D) o julgamento deve ocorrer, obrigatoriamente, no domicílio de nascimento do autor.
- (E) o réu poderá exigir que a causa seja julgada por tribunal superior.

56

Em uma ação de cobrança ajuizada por Paula em face de Renato, a petição inicial é distribuída a uma das varas cíveis da comarca.

Ao analisar o caso, o advogado de Renato explica a seu cliente que nem todo órgão do Poder Judiciário pode julgar indistintamente qualquer causa, pois a jurisdição é repartida entre os diversos juízos e tribunais, conforme critérios fixados em lei.

Considerando as explicações prestadas pelo advogado de Renato acerca da distribuição da jurisdição entre os órgãos do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- (A) Competência e jurisdição são expressões sinônimas.
- (B) Competência é a medida da jurisdição atribuída a cada órgão jurisdicional.
- (C) A competência é absoluta apenas nos tribunais superiores.
- (D) A incompetência nunca pode ser arguida pela parte ré.
- (E) Toda competência pode ser livremente modificada pela vontade das partes.

57

O magistrado de uma pequena comarca, ao ler uma notícia no jornal local sobre um conflito de vizinhança envolvendo barulho excessivo, decide, por conta própria e sem que ninguém o tenha provocado, determinar o início de um processo judicial e intimar as partes para uma audiência de conciliação.

À luz do Código de Processo Civil, a conduta do magistrado viola o princípio da

- (A) celeridade processual.
- (B) inércia da jurisdição.
- (C) primazia do julgamento de mérito.
- (D) boa-fé processual.
- (E) cooperação.

58

Mário, engenheiro, ao presenciar um acidente de trânsito em que o carro de seu vizinho Henrique foi danificado por João, decide ajuizar ação indenizatória contra o causador do dano, em nome próprio, por solidariedade ao amigo.

Segundo o Código de Processo Civil, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito por falta de

- (A) interesse processual.
- (B) causa de pedir.
- (C) jurisdição internacional.
- (D) capacidade de ser parte.
- (E) legitimidade *ad causam*.

59

A função do Estado, que visa à solução de conflitos de interesses, mediante a aplicação da lei ao caso concreto por um terceiro imparcial e com aptidão para a formação de coisa julgada, denomina-se

- (A) administração pública.
- (B) legislação.
- (C) jurisdição.
- (D) poder de polícia.
- (E) consultoria jurídica.

60

João pretende ajuizar ação de cobrança contra Pedro, com vistas a receber R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), referentes a um empréstimo não pago.

Para que a petição inicial esteja completa, João deve indicar os elementos da ação, que são:

- (A) juiz, promotor e advogado.
- (B) petição, contestação e sentença.
- (C) partes, causa de pedir e pedido.
- (D) provas, testemunhas e documentos.
- (E) jurisdição, competência e rito.

61

Um juiz brasileiro necessita que uma testemunha residente na França seja ouvida no curso de um processo que tramita no Brasil.

Para a realização desse ato processual no exterior, o instrumento adequado de cooperação jurídica internacional é a (o)

- (A) carta de ordem.
- (B) carta precatória.
- (C) auxílio direto.
- (D) carta rogatória.
- (E) intimação via postal internacional.

62

No curso de um processo, antes de proferir sentença, o juiz percebe uma causa de nulidade absoluta que ainda não foi debatida pelas partes, com aptidão para causar prejuízo grave ao processo.

Para respeitar o princípio do contraditório e evitar a chamada decisão surpresa, é correto afirmar que o magistrado deve

- (A) julgar o processo imediatamente, para não causar demora.
- (B) decidir a questão de ofício sem ouvir as partes, pois se trata de matéria de ordem pública.
- (C) intimar as partes para que se manifestem especificamente sobre esse fundamento antes de decidir.
- (D) suspender o processo.
- (E) remeter as partes à conciliação.

63

Juliano, adolescente de 15 (quinze) anos de idade que vive com sua mãe, Cristina, pretende ajuizar ação para receber pensão alimentícia de seu pai, João.

Para que o processo tenha seu desenvolvimento válido, Juliano deve estar no processo

- (A) assistido por sua mãe.
- (B) acompanhado exclusivamente por um curador especial nomeado pelo juiz.
- (C) dispensado de qualquer assistência em razão da prioridade absoluta da criança e do adolescente.
- (D) representado por sua mãe.
- (E) representado pelo Ministério Público, que figurará como autor da ação.

64

Bruno, ao ajuizar ação de cobrança, formula pedido de condenação de Tiago ao pagamento do valor principal, mas narra apenas fatos relativos à amizade entre ambos, sem expor os fatos constitutivos da dívida nem o fundamento do pedido.

No caso, há vício atinente a elemento essencial da petição inicial vinculado

- (A) à causa de pedir.
- (B) ao pedido.
- (C) à prova pericial.
- (D) à competência territorial.
- (E) ao litisconsórcio.

Noções de Direito Penal

65

Com o objetivo de consolidar, racionalizar e padronizar as normas internas que disciplinam a divisão e a organização judiciárias do primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, a Resolução nº 35/2025 do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina especificou as competências de todas as unidades judiciárias.

Considerando as disposições da referida resolução, as afirmativas a seguir indicam corretamente competências do Juiz de Direito em matéria criminal, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Inspeccionar uma vez por mês, pelo menos, as celas existentes nas delegacias de polícia da comarca, consignando no livro próprio a sua visita e as recomendações que fizer, salvo competência do Juízo da execução penal.
- (B) Presidir a instrução criminal e exercer as atribuições referentes à pronúncia, impronúncia ou absolvição sumária dos réus nos crimes hediondos.
- (C) Conceder, cassar e declarar o quebraimento da fiança, bem como julgar os recursos interpostos contra o arbitramento dela pelas autoridades policiais.
- (D) Executar as sentenças que proferir, salvo se a competência para a execução penal fora atribuída a outro juízo.
- (E) Processar e julgar os crimes funcionais não expressamente atribuídos a outra jurisdição.

66

Encerradas as instruções processuais, após a observância do contraditório e da ampla defesa, Guilherme, Juiz de Direito junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, absolveu, em diferentes processos:

- i) João, por ter praticado a conduta em estrito cumprimento do dever legal;
- ii) Marcos, por ter agido no exercício regular de um direito; e
- iii) Matheus, por ter atuado em estado de embriaguez completa proveniente de caso fortuito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que as absolvições de

- (A) João e Matheus basearam-se em excludentes de culpabilidade. Por sua vez, o decreto absolutório em benefício de Marcos decorre de uma excludente de ilicitude.
- (B) João e Marcos basearam-se em excludentes de ilicitude. Por sua vez, o decreto absolutório em benefício de Matheus decorre de uma excludente de culpabilidade.
- (C) João e Marcos basearam-se em excludentes de culpabilidade. Por sua vez, o decreto absolutório em benefício de Matheus decorre de uma excludente de ilicitude.
- (D) João, Marcos e Matheus basearam-se em excludentes de culpabilidade.
- (E) João, Marcos e Matheus basearam-se em excludentes de ilicitude.

67

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina denunciou João pela prática do crime autônomo de feminicídio (Art. 121-A do Código Penal), com a incidência de uma causa de aumento de pena.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, no que se refere às causas de aumento de pena aplicáveis ao feminicídio, é correto afirmar que o referido delito foi praticado

- (A) na presença virtual de descendente da vítima.
- (B) para assegurar a impunidade de outro crime.
- (C) nas dependências de instituição de ensino.
- (D) por motivo torpe.
- (E) por motivo fútil.

68

João, agindo com dolo, subtraiu, para si, sem violência ou grave ameaça, determinado bem móvel que pertence, em condomínio, a ele e a Matheus, seu amigo de longa data. Ao tomar ciência dos fatos, Matheus, irresignado, procurou o auxílio das autoridades competentes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João

- (A) responderá pelo crime de furto de coisa comum, sendo certo de que a ação penal é pública condicionada à representação da vítima.
- (B) não responderá por qualquer delito, já que a subtração de coisa comum não é conduta criminalmente tipificada.
- (C) responderá pelo crime de furto de coisa comum, sendo certo de que a ação penal é pública incondicionada.
- (D) responderá pelo crime de furto de coisa comum, sendo certo de que a ação penal é de natureza privada.
- (E) não responderá por qualquer delito, por ausência de previsão legal específica.

69

José, servidor público no Município de Florianópolis (SC), concorreu, culposamente, para que João, seu colega de repartição pública, se apropriasse, em proveito próprio, de valores pecuniários de que tinha a posse em razão do cargo público ocupado. Após a observância do contraditório e da ampla defesa, José foi condenado, em sentença irrecorrível, pela conduta criminosa, de natureza culposa, perpetrada. De qualquer forma, após a prolação da decisão definitiva e por orientação da defesa técnica, José reparou o dano causado pelo ilícito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que a reparação do dano efetivada por José

- (A) não terá qualquer reflexo na pena aplicada, já que não se está diante da prática de crime patrimonial, mas sim de delito contra a Administração Pública.
- (B) não terá qualquer reflexo na pena aplicada, por ter ocorrido após a prolação de sentença irrecorrível.
- (C) ensejará a redução da pena imposta de um a dois terços, a critério do juízo da execução penal.
- (D) ensejará a redução da pena imposta pela metade.
- (E) ensejará a extinção de punibilidade.

70

Em março de 2026, Lucas, oficial de justiça no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sofreu lesão corporal dolosa, de natureza gravíssima, enquanto exercia regularmente as suas funções. Após trabalho investigativo, a Polícia Civil, com autorização judicial, logrou êxito em prender preventivamente João, responsável pela conduta ilícita.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que João

- (A) praticou crime hediondo, pois a lesão corporal dolosa gravíssima, cometida em detrimento de oficial de justiça no exercício das funções, tem natureza hedionda.
- (B) não praticou crime hediondo, pois a lesão corporal dolosa gravíssima não tem previsão dentre os delitos de natureza hedionda.
- (C) praticou crime hediondo, pois a lesão corporal dolosa, grave ou gravíssima, em qualquer caso, tem natureza hedionda.
- (D) praticou crime hediondo, pois a lesão corporal dolosa gravíssima, em qualquer caso, tem natureza hedionda.
- (E) não praticou crime hediondo, pois a lesão corporal dolosa gravíssima não produziu o resultado morte.

Noções de Direito Processual Penal

71

Em determinado processo criminal que tramita sob o rito do procedimento comum ordinário, o Magistrado designou a audiência de instrução e julgamento para a colheita das provas. No dia do ato, estão presentes o réu, seu defensor, o representante do Ministério Público, a vítima e as testemunhas arroladas por ambas as partes. O Juízo promoveu primeiramente a oitiva da vítima.

Diante de tal situação hipotética, assinale a opção correta em relação à sequência que deve ser observada, segundo legislação vigente, acerca da instrução criminal.

- (A) Interrogatório do réu; declarações do ofendido; inquirição das testemunhas arroladas pela acusação; inquirição das testemunhas arroladas pela defesa e esclarecimentos dos peritos.
- (B) Declarações do ofendido; inquirição das testemunhas arroladas pela acusação; inquirição das testemunhas arroladas pela defesa; esclarecimentos dos peritos e interrogatório do réu.
- (C) Inquirição das testemunhas arroladas pela defesa; inquirição das testemunhas arroladas pela acusação; declarações do ofendido; acareações e interrogatório do réu.
- (D) Interrogatório do réu; acareações; reconhecimento de pessoas e coisas; declarações do ofendido e inquirição das testemunhas de acusação e defesa.
- (E) Declarações do ofendido; interrogatório do réu; inquirição das testemunhas de acusação; inquirição das testemunhas de defesa e debates orais.

72

João foi denunciado pela prática de crime de furto qualificado, mas, após a instrução processual, ao proferir a sentença, o Juízo verificou que as provas colhidas demonstram, na verdade, que João praticou o crime de roubo, uma vez que a vítima relatou ter sido ameaçada com uma faca no momento da subtração do bem, fato esse que não constava na denúncia oferecida pelo Ministério Público.

Diante de tal situação hipotética, é correto afirmar que o Juízo

- (A) deve aplicar o instituto da *emendatio libelli*, condenando o réu pelo crime de roubo na própria sentença, uma vez que o réu se defende dos fatos e não da capitulação jurídica imputada.
- (B) deve absolver o réu imediatamente, tendo em vista que o princípio da correlação o impede de apreciar fato que não foi objeto de exposição detalhada na denúncia.
- (C) deve instar o Ministério Público para que adite a denúncia, assegurando, assim, o exercício do contraditório e da ampla defesa, conforme o instituto da *mutatio libelli*.
- (D) deve proceder à desclassificação do fato para o crime de furto simples, pois não se podem considerar provas não constantes da denúncia e que agravem a situação do réu.
- (E) deve remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça, para que este decida se a denúncia deve ser aditada ou se o processo deve prosseguir como furto qualificado.

73

Durante investigação sobre suposto crime de furto, a autoridade policial instaurou inquérito policial para apurar os fatos. No curso das diligências, o investigado João requereu a realização de determinada perícia, mas o pedido foi indeferido pela autoridade policial, por considerá-lo desnecessário naquele momento.

Posteriormente, antes mesmo da conclusão do inquérito policial, o Ministério Público ofereceu denúncia com base em outros elementos probatórios já disponíveis.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autoridade policial agiu ilegalmente, pois é obrigada a realizar todas as diligências requeridas pelo investigado.
- (B) O Ministério Público não poderia oferecer denúncia sem a conclusão do inquérito policial, pois esse é indispensável à ação penal.
- (C) O indeferimento da diligência pela autoridade policial é válido e o Ministério Público pode oferecer denúncia mesmo sem a conclusão do inquérito, desde que existam elementos suficientes.
- (D) A denúncia é nula, pois a ausência da perícia requerida pelo investigado viola o contraditório e a ampla defesa no inquérito policial.
- (E) A autoridade policial deveria ter remetido o pedido de diligência ao Poder Judiciário, que é o único competente para decidir sobre sua realização.

74

Maria foi chamada de “idiota safada” por Carla. Após tomar conhecimento da autoria do fato, Maria decidiu não adotar nenhuma providência imediata. Sete meses depois, mudou de ideia e procurou um advogado para ingressar com a ação penal contra Carla.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) Maria poderá propor a ação penal a qualquer tempo, pois os crimes contra a honra são imprescritíveis.
- (B) o Ministério Público poderá oferecer denúncia independentemente da vontade de Maria, pois a ação penal é pública incondicionada.
- (C) Maria perdeu o direito de propor a ação penal, em razão da decadência.
- (D) a ação penal somente poderia ser proposta mediante autorização judicial prévia, razão pela qual Maria ainda pode exercê-la.
- (E) Maria perdeu o direito de propor a ação penal, em razão da preempção.

75

Durante a tramitação de uma ação penal por crime de estelionato, verificou-se que o juiz responsável pelo caso é tio do réu. No mesmo processo, o Ministério Público ofereceu denúncia após representação da vítima, que tinha 21 anos, era plenamente saudável e capaz. Durante a instrução, foi nomeado um perito oficial sem intervenção das partes, sendo também designado intérprete para auxiliar uma testemunha estrangeira.

Considerando as regras relativas ao impedimento do juiz, à ação penal, à prova pericial e à atuação do intérprete no processo penal, assinale a opção correta.

- (A) O juiz pode atuar validamente no processo, pois o referido grau de parentesco não constitui óbice legal.
- (B) O Ministério Público não poderia oferecer denúncia, pois se trata de fato submetido à ação penal privada.
- (C) O perito oficial não poderia ter sido nomeado sem a obrigatória intervenção das partes.
- (D) O intérprete pode atuar apenas na fase investigatória, não podendo participar da fase judicial do processo penal.
- (E) O juiz não pode atuar validamente no processo em razão de impedimento decorrente do grau de parentesco com a parte.

76

Na posse de um mandado de citação em ação penal direcionado ao réu "Carlos", o oficial de justiça comparece ao domicílio indicado por três vezes, em dias e horários distintos. No último dia, o porteiro do edifício informa que Carlos está em casa, mas deu ordens para não abrir para “ninguém da Justiça”. O oficial de justiça informou ao porteiro que voltaria no dia útil seguinte para efetuar a citação em determinado horário e certificou todo o ocorrido.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) O oficial de justiça agiu ilegalmente, pois, em caso de ocultação, o réu deve ser citado obrigatoriamente por edital.
- (B) Realizada a citação e certificado o ocorrido, se o réu não comparecer nem constituir advogado, o juiz deverá suspender o processo e o curso do prazo prescricional.
- (C) A citação por hora certa é privativa do processo civil e, no processo penal, se houver suspeita de ocultação, o réu deverá ser citado mediante carta com aviso de recebimento.
- (D) Completada a citação com hora certa, se o réu não apresentar resposta no prazo legal, o juiz nomeará defensor dativo para oferecê-la, dando prosseguimento ao feito.
- (E) Caso o réu se encontre em local incerto e não sabido, o oficial de justiça poderá realizar a citação por hora certa, independentemente de suspeita de ocultação.

77

João foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri pela prática de homicídio qualificado. Durante a sessão de instrução e julgamento em plenário, após a colheita das provas e os debates entre acusação e defesa, os jurados foram recolhidos à sala especial para a votação. Ao serem questionados sobre a materialidade e a autoria, a maioria dos jurados respondeu afirmativamente. No entanto, ao responderem ao quesito sobre a absolvição, os jurados decidiram por absolver o réu, ainda que tenham reconhecido que ele foi o autor do crime.

Diante de tal situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) o Juízo deve anular a votação de imediato, pois há contradição insanável entre o reconhecimento da autoria e a decisão de absolver o réu.
- (B) a decisão dos jurados deve ser acatada pelo Juízo em razão do princípio da soberania dos veredictos, ainda que a absolvição seja genérica e por clemência.
- (C) o quesito sobre a absolvição é facultativo e só deve ser formulado se a defesa apresentar tese excludente de ilicitude ou de culpabilidade.
- (D) caso o Ministério Público recorra da decisão, o Tribunal poderá reformá-la e, de imediato, proferir sentença condenatória.
- (E) na ordem de votação, o quesito sobre a absolvição deve obrigatoriamente preceder o quesito sobre a autoria delitiva, sob pena de nulidade.

78

Maria foi regularmente intimada para comparecer à audiência em processo criminal no qual figura como ré e deixou de comparecer ao ato por motivo de saúde. Ainda assim, o Juiz determinou sua condução coercitiva para a audiência seguinte, mediante força policial. Maria, que não é advogada, impetrou pessoalmente um *habeas corpus* preventivo, alegando ameaça de constrangimento ilegal à sua liberdade.

Nesse contexto, é correto afirmar que o *habeas corpus*

- (A) não é cabível, pois Maria ainda não sofreu qualquer restrição efetiva à liberdade de locomoção.
- (B) é cabível, pois há ameaça à liberdade de locomoção por determinação de condução coercitiva.
- (C) não é cabível, pois a condução coercitiva é medida legalmente prevista.
- (D) somente seria cabível após o efetivo cumprimento da condução coercitiva.
- (E) não é cabível, pois somente poderia ser impetrado em caso de prisão cautelar.

79

Carlos foi denunciado pela prática de crime de roubo. No curso da ação penal, sem provocar as partes, o Juiz determinou a produção de prova testemunhal não requerida pela acusação nem pela defesa. Ao final, o juiz condenou o réu exclusivamente com base em elementos informativos colhidos na fase de inquérito policial, que não foram reproduzidos durante a instrução processual.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não houve violação normativa ou nulidade, pois o Juiz pode determinar livremente a produção de provas e fundamentar a sentença condenatória em quaisquer elementos colhidos.
- (B) Houve violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, pois a condenação não pode se basear exclusivamente em elementos não submetidos ao contraditório judicial.
- (C) Não houve violação normativa ou nulidade, pois os elementos colhidos no inquérito policial possuem valor probatório superior ao das provas produzidas na instrução processual.
- (D) Houve violação ao princípio do juiz natural, haja vista que o Magistrado não poderia determinar a produção de provas de ofício.
- (E) Não houve violação normativa ou nulidade, pois é admissível a condenação criminal com base em qualquer elemento, desde que constante dos autos, independentemente de sua origem.

80

Lucas foi preso preventivamente sob a acusação de praticar crime de estelionato. A decisão judicial fundamentou a prisão na gravidade abstrata do delito e no clamor público gerado pelo caso. Nessa situação hipotética, a prisão preventiva

- (A) é válida, pois está amparada na gravidade do crime.
- (B) é imperativa, por se tratar de crimes de estelionato que causem grande clamor público.
- (C) é ilegal, pois não foi fundamentada em elementos concretos que demonstrem sua necessidade.
- (D) não pode ser revogada após sua decretação, se não houver pedido nesse sentido.
- (E) é válida, pois o clamor público é fundamento suficiente para a custódia cautelar.

Realização

